REFLEXÕES SOBRE A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NAS REDES MUNICIPAIS DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA

Maéve Melo dos Santos²³

INTRODUÇÃO

Durante o período que atuei na gestão das secretarias municipais da Região do Vale do São Francisco (2002 a 2017), assumindo funções estratégicas na gestão e avaliação educacional, as vivências na elaboração de políticas públicas fizeram-me adentrar na temática. Em 2003, implantamos na rede municipal de ensino de Petrolina-PE, a **Política de Avaliação da Rede Municipal de Petrolina (PARMEP)**, seguida da criação do **Projeto SER + Educação**, tendo como premissa auxiliar os professores na melhoria do desempenho dos alunos. Essa experiência rendeu ao município o Prêmio de Experiências Inovadoras do Inep/MEC em 2008. A PARMEP possibilitou à rede municipal desenvolver uma metodologia de acompanhamento e avaliação do desempenho dos alunos. Os índices não eram bons, mas foram avançando. Petrolina saiu do Ideb 2,9 em 2005 para 5,8 em 2017, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2009, assumi a Diretoria de Gestão Educacional, em Juazeiro-BA. Partindo da experiência exitosa, criamos e implantamos o Sistema de Avaliação da Educação de Juazeiro (SAEJ). Além do SAEJ, a Secretaria de Educação participou das demais avaliações externas nacionais e estaduais: Prova Brasil, Avalie Alfa e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Os indicadores de Juazeiro também apontam avanços, saindo de 2,7 em 2005 para 5,4 em 2017, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Os avanços educacionais das duas cidades, ambas na região do semiárido, levou-me ao seguinte questionamento: Os possíveis “avanços” nos indicadores educacionais desses

²³Mestre em Gestão e Avaliação da Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora da UNIVASF. Contato: maeve.melo@univasf.edu.br

dois municípios teriam alguma relação com as políticas de avaliação em larga escala implementadas?

Este estudo visa contribuir na produção do saber que ajude compreender a educação brasileira atual, refletindo sobre o papel da avaliação externa nos espaços escolares, seus pressupostos teóricos e as repercussões no processo de ensino- aprendizagem.

METODOLOGIA

Embora em desenvolvimento, este estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da avaliação em larga escala e da análise documental dos relatórios da Prova Brasil, verificando o desempenho dos alunos nos descritores avaliados de Língua Portuguesa e Matemática e o nível de leitura e escrita da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As políticas públicas de avaliação em larga escala, sob responsabilidade do estado, assumem papel cada vez mais relevante na pauta da educação brasileira. Para efeito deste estudo, o conceito de política pública corrobora com o apresentado por Neves (2017), que entende política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2010, p.1 apud NEVES, 2017). Desde a instituição da “Década da Educação”, a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) N° 9394/96, a população brasileira assiste ao crescente número de crianças, adolescentes, jovens e adultos ingressarem na escola pública. Não obstante, a universalização do ensino fundamental e, posteriormente da educação básica, não assegurou a efetiva qualidade do ensino e aprendizagem, tornando-se grandes desafios das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

A implementação da política de avaliação externa, enquanto política de Estado (NEVES, 2017) aproximou-nos do que acontecia no resto do mundo, trazendo para o Brasil algumas ideias que já eram usuais fora do país e, aos poucos, foram ganhando aderência aos planos, programas e projetos do Governo Federal, bem como nos demais governos, estaduais e municipais: ampliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criação da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Prova Brasil; destaca-se ainda, o Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação.

A partir dessa ação, alguns Estados brasileiros começaram a realizar avaliações

externas e censitárias, com o intuito de direcionar políticas para melhorar a qualidade da educação e promover a equidade. A organização de seus próprios sistemas de avaliação, cujos resultados fornecem informações para o sistema de ensino, sinaliza as prioridades educacionais para gestores e professores.

Pereira (2018), investigando a influência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em especial o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), nos programas da educação básica pública do Brasil, tece duras críticas ao sistema de “verificação externa em larga escala”, como ele denomina, por não o considerar como “avaliação” e aponta:

Assim, entendemos que a lógica da OCDE/Pisa está subjacente à lógica do Ideb, um instrumento que apresenta uma concepção de avaliação limitada e reducionista e submete escolas, professores e estudantes a determinantes gerenciais para o alcance de metas prescritas, consideradas como elementos reveladores de uma suposta qualidade educacional. (Pereira, p.120)

Corroborando com esse pensamento, alguns estudos empíricos ressaltam que a avaliação externa e a autoavaliação, induzida pela obrigatoriedade da avaliação externa, não contribui na melhoria de práticas escolares (CALDAS, 2012). Outros, diferentemente, apontam que a avaliação externa desempenha papel importante na consolidação do processo de autoavaliação (PACHECO, 2014). Para além das funções mercadológicas, de controle e de regulação, entendemos que as avaliações externas trazem contribuições para pensar e planejar políticas em busca da melhoria da qualidade da educação. Uma avaliação consistente e sistêmica do ensino concede aos gestores, nas diferentes esferas, amplas e detalhadas informações que conduzam a um aprofundamento da eficácia e da equidade da escola pública. Mas, de que forma isso chega à sala de aula?

Para Martins (2016), a escola parece estar em crise entre avaliar e ensinar. As avaliações externas estariam de certa forma determinando como ensinar? Crise entre avaliar e aprender. O que os alunos devem aprender na escola? Os currículos estão sendo reduzidos a meros descritores e indicadores? Compreendendo a necessidade de buscar respostas para esses questionamentos é que iniciamos esta pesquisa, ainda em andamento, objetivando identificar a percepção dos atores sociais sobre a avaliação externa e como esse saber chega à escola e à sala de aula.

CONCLUSÕES

No Brasil, o marco inicial das políticas de avaliação em larga escala foi a criação do SAEB na década de 90. Com a disseminação dessa política, os governos estaduais e municipais implantaram sistemas de avaliação, saindo da dimensão amostral, passando em sua maioria, censitária, com dados minuciosos de escolas, turmas e alunos.

Em Petrolina-PE isso ocorreu em 2003, com a implantação da PARMEP; em Juazeiro-BA com o SAEJ, em 2009. Além dos sistemas municipais de avaliação, eles participaram de outras avaliações externas nacionais e estaduais: Prova Brasil, Avalie Alfa e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE).

Os resultados preliminares da análise documental revelam que nos últimos anos os municípios avançaram no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Petrolina-PE saiu de 2,9 em 2005 para 5,8 em 2017 (anos iniciais do Ensino Fundamental) e Juazeiro-BA de 2,7 (2005) para 5,4 (2017). Mas, cabe destacar que o Ideb, sozinho, não revela as causas **explícitas da** melhoria dos indicadores.

Próximos estudos podem pesquisar a percepção de atores sociais nas diversas modalidades de avaliação e compreensão dos múltiplos resultados produzidos. Acredita-se ser necessário mais investimento em formação continuada nessa temática, um dos grandes desafios da educação.

REFERÊNCIAS

CALDAS, Rosa. Impacto da avaliação externa na escola. Um estudo de caso numa escola do litoral norte. Dissertação (Mestrado). Universidade do Minho, Braga, 2012.

MARTINS, Josemar da Silva. O que queremos da escola: contextualizar e descolonizar a abordagem. In: REIS, Edmerson dos Santos, MARTINS, Josemar da Silva (Orgs.). O paradigma cultural: interfaces e conexões. Curitiba, PR: CRV, 2016, 29-47.

NEVES, Barbara Coelho, AGUIAR, Niliane Cunha. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. Informação & Sociedade-Estudos, v. 27, p. 73-86, 2017.

PACHECO, José Augusto. Políticas de avaliação e qualidade da educação. Uma análise crítica no contexto da avaliação externa de escolas, em Portugal. Revista de Avaliação da Educação Superior. vol.19, no.2. p. 363-371. Campinas, Sorocaba, Julho/2014.

PEREIRA, R. S. Avaliação de sistemas e política de competências e habilidades da OCDE. PRÁXIS EDUCATIVA (UEPG. ONLINE), v. 13, p. 107-127, 2018, Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>.